

· António José Teixeira Lopes ·

O NASCIMENTO DE UM AGLOMERADO URBANO:

ESPINHO NO LIMIAR DO SÉCULO XX



CAPÍTULO I

DA FUNDAÇÃO DA FREGUESIA DE N^a S^a DA AJUDA DE ESPINHO À FORMAÇÃO DO CONCELHO – 1889 – 1899.

A povoação de Espinho até 1830 era habitada por pescadores que residiam em palheiros. Ocupava uma pequena área, amontoando-se em redor da Praça Velha, limitada a norte pela rua do Progresso (actual rua 13), a sul pela rua do Cruzeiro (actual rua 2) e a poente por um extenso areal e pelo mar.¹ Fora da povoação, um ou outro palheiro era utilizado pelas “companhas” como arrecadação dos aparelhos piscatórios ou por alguns comerciantes como armazéns de salga e preparação de pescado para comercialização.

No fundo, tratava-se de um extenso areal polvilhado de palheiros, habitados por pescadores e por alguns comerciantes vivendo directa ou indirectamente da faina do mar.

Entretanto, entre 1830 e 1865, a povoação transforma-se. A sua área alarga-se, as casas embelezam-se e a população aumenta.

De facto, tornou-se moda, para as famílias mais abastadas da Vila da Feira, ter palheiro em Espinho, para onde vinham a banhos e passar o Verão.

1 Cf. anexo 1 : Planta d’Espinho cerca de 1830. Elaborada com base na Planta d’Espinho e Projecto de Arruamentos para Edificações de 1886, publicada pelo Jornal Gazeta de Espinho no seu nº 370 de 16 de Fevereiro de 1908 a propósito das invasões do mar e segundo os limites referidos pelo Padre André de Lima. In Espinho: Breves Apontamentos para a sua História, “Boletim Cultural”, C.M.E., vol. 1, 1979 nº1, pág. 27.

Mas sobretudo a construção do Caminho-de-Ferro do Norte (a ligação de Vila Nova de Gaia a Estarreja concretizou-se a 8 de Junho de 1863 – entregue à exploração e aberta ao serviço público – e dotada de estação em 1873), atrai forasteiros.²

O seu crescimento e desenvolvimento é patente nas palavras de Pinho Leal que, ao escrever sobre Espinho em 1874, afirma: «(...)tem uma capela, um club, um óptimo hotel (além de outros bons, mas secundários) cafés, bilhares, restaurantes, etc.(...).

Tem mais Espinho a grande vantagem de ser estação do Caminho de Ferro do Norte, o que facilita a concorrência de banhistas(...)».³

O surto de progresso não mais parará, como de resto, já em 1876, é sublinhado por Ramalho Ortigão: «(...) A povoação de Espinho divide-se em dois bairros diferentes e separados pelo largo do mercado. Para nascente até à estação do caminho de ferro fica o bairro novo e caro; para poente até à praia achase o antigo bairro pobre. Pequena povoação de pescadores do concelho da Feira no districto de Aveiro, Espinho deve ao caminho de ferro o seu aspecto actual(...)».⁴

De facto, o comboio transforma Espinho definitivamente. A sua passagem atrai forasteiros, uns que para aqui vêm trabalhar, fixando-se, outros para veranejar. Repercute-se ainda, no alargamento do seu território, determinando-lhe uma nova configuração, no crescimento e desenvolvimento económico e até contribuindo para lhe “moldar” o carácter.

O Largo de que nos fala Ramalho é o da N.ª S.ª da Ajuda. É o centro, donde irradia e gira toda a vida da povoação, contudo condicionada no seu crescimento, pelo caminho-de-ferro a nascente e pelo oceano Atlântico a poente. A planta topográfica de 1873, feita pelo Engenheiro José Bandeira Coelho⁵ e oferecida

2 Idem, *Ibidem*, pág. 29-30

3 Leal, Augusto Soares D’Azevedo Barbosa Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Dicionário. Lisboa: 1874.

4 Ortigão, Ramalho, *As praias de Portugal*. Clássica Editora, 1943, pág. 194-195.

5 O engenheiro Bandeira Coelho, natural de Vouzela foi o nome escolhido para designação da principal rua de Espinho (actual rua 19).

à Câmara Municipal da Vila da Feira, é incluída por esta no Plano de Melhoramentos da Praia de Espinho.⁶

Esta mostra que o seu crescimento se faz para norte e para sul. A planta parece ser uma primeira tentativa para enquadrar e disciplinar a anarquia urbanística em que assentava o casco histórico de Espinho e que não deve dissociar-se a necessidade de racionalizar a ocupação do solo, diminuído quer pelas invasões do mar⁷, quer por uma densidade populacional, já nesta época, de cerca de 899 habitantes.⁸

A praia de Espinho foi desanexada de Ovar e integrada na freguesia de Anta por força do Decreto de 24 de Outubro de 1885 e Portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça de 10 de Setembro de 1856.⁹

O povo da praia (vareiro), pelos seus usos e costumes, era diferente do de Anta.

Daí terem conservado sempre identidades culturais diferenciadas, que sempre os separaram e desuniram, o primeiro virado ao mar o segundo à agricultura.

Só a religião católica lhes servia de traço de união, contudo perturbada, pelo facto de os de Anta impedirem os de Espinho de pertencerem às mesas das suas confrarias.

Segundo o Padre André de Lima, dois acontecimentos vieram precipitar o processo da “Independência” de Espinho.

O primeiro liga-se com a construção da capela de N.ª S.ª da Ajuda (iniciada em 1872 e concluída, benzida e aberta ao culto em 29 de Junho de 1883) e o segundo, com o processo de eleição para a Junta de Paróquia da freguesia de Anta.¹⁰

A construção da capela estancou a hemorragia de esmo-

6 Cf. anexo 2 : Planta de Espinho de 1870. Segundo o Padre André de Lima, in op. cit., pág.31, a planta é de 1874.

7 Segundo Francisco Azevedo Brandão, verificaram-se invasões do mar nos seguintes anos: 1834, 1869, 1871, 1874, 1889, 1890, 1896, 1897, 1904, 1908 e 1910, que provocaram muitos danos materiais e encurtaram o território compreendido entre o mar e o caminho-de-ferro, in *Anais da História de Espinho (1885-1926)*, Espinho: 1989. Cf anexo 2.

8 Veja-se capítulo sobre população.

9 Veja-se Lima, Padre André de, op. cit. pág. 34.

10 Idem, *Ibidem*, pág. 35-36.

las enviadas pelo povo vareiro para Anta (diminuindo-lhe de forma significativa as suas receitas), que agora eram retidas e aplicadas em Espinho, e conduziu à diminuição de frequência do culto na igreja matriz de Anta.

Quanto ao segundo, mostrou que a maior parte dos fogos da freguesia se localizavam em Espinho (700 em 1000), e que dos 550 eleitores inscritos, 350 aí residiam.

Por isso tem razão o Padre André de Lima quando afirma: «(...) A Praia tinha attingido a sua maioridade e por isso não podia por mais tempo conservar-se debaixo da tutella d'Anta.¹¹(...)». Os atritos entre as duas comunidades continuam e agravam--se. Os espinhenses reagem e, com a aproximação da Quaresma de 1888, a Irmandade de N.ª S.ª da Ajuda de Espinho, criada em 1886, requer ao Prelado da Diocese do Porto que Espinho seja elevada a paróquia independente.¹²

A Câmara da Vila da Feira, a pedido do Governo, em 9 de Fevereiro de 1889 emite um parecer favorável à concessão da autonomia paroquial de Espinho.¹³

O Governo, em 23 de Maio de 1889, decreta a autonomia paroquial de Espinho.¹⁴

A 17 de Setembro de 1889 é erigida e canonicamente instituída em paróquia sob invocação de N.ª S.ª da Ajuda de Espinho.¹⁵

Os seus limites são precisados com rigor, segundo o Ofício nº 291 da D.G.O.P. de Aveiro em 10 de Setembro de 1889.¹⁶

Se a emancipação paroquial foi um passo importante para a independência, a verdade é que, para efeitos civis e administrativos, Espinho só conquista a sua independência pelo Decreto

11 Idem, Ibidem.

12 Cf. Requerimento da Irmandade de N.ª S.ª da Ajuda enviado ao Prelado da Diocese do Porto, em 1888, reclamando que Espinho seja elevada a "parochia independente".

13 Cf. Parecer da Câmara Municipal da Vila da Feira sobre concessão da autonomia paroquial de Espinho.

14 Cf. Decreto da Criação da Paróquia de N.ª S.ª da Ajuda de Espinho.

15 Cf. Provisão de 17 de Setembro que erige e institui canonicamente a freguesia de N.ª S.ª da Ajuda de Espinho.

16 Cf. Ofício da Direcção Geral de Obras públicas de Aveiro que delimita o território Espinhense.

de 30 de Dezembro de 1890, publicado no Diário do Governo nº3 de 5 de Janeiro de 1891.¹⁷

As primeiras eleições datam de 15 de Fevereiro de 1891, sendo eleito para seu primeiro Presidente António Pinho de Branco Miguel Júnior.

O crescimento e desenvolvimento são incessantes, tal como o descontentamento dos espinhenses face à política seguida pela Câmara da Vila da Feira e que irá terminar na autonomia administrativa do concelho de Espinho.

Por isso, em 5 de Fevereiro de 1899, um grupo de Espinhenses convocou para o Theatro Aliança uma reunião em que foi transmitido aos presentes que os problemas com que Espinho se confrontava só seriam resolvidos com a sua autonomia administrativa.

Nessa histórica reunião foi nomeada a «Comissão Promotora do Concelho de Espinho», de que faziam parte entre outros Augusto d'Oliveira Gomes, Dr. António Augusto de Castro Soares e José de Sá Couto Moreira, que foi mandatada para enviar à imprensa e aos amigos de Espinho uma circular, logo aí aprovada, com a finalidade de solicitar apoio e protecção para a sua reivindicação.

A Comissão elaborou uma representação¹⁸, que em 23 de Fevereiro de 1899 foi subscrita por mais de 800 espinhenses, entre os quais avultavam comerciantes, industriais e proprietários.

No dia 28 de Fevereiro o jornal "O Século"¹⁹, sob o título "CONCELHO DE ESPINHO", fazia eco dos anseios espinhenses, informando a opinião pública da «(...) aspiração legítima dos habitantes d'aquella deliciosa praia que dispõe d'elementos excepcionais para manter a sua emancipação(...)».

Sublinhava o nº de habitantes (4.000), que chegava a quintuplicar na época balnear, a sua importância industrial e a sua

17 Cf. Decreto que cria em 30 de Dezembro de 1890 a freguesia de Espinho.

18 Cf. Representação do Povo de Espinho enviada às Cortes em Fevereiro de 1899.

19 Jornal "O Século" de 28 de Fevereiro de 1899.

localização geográfica.

Criticava o abandono a que a Câmara da vila da Feira votava Espinho, apesar das receitas que esta povoação dava anualmente ao Estado e para o cofre da municipalidade feirense.²⁰

De facto, Espinho estava onerado anualmente em vinte e dois contos setecentos e oitenta e seis mil réis (22:786\$000), recebendo para o mesmo período daquele município, apenas a quantia de seiscentos mil réis (600\$000).

Enumerava a carência de melhoramentos, salientando os seguintes:

- Vias de comunicação com outras localidades;
- Falta de iluminação pública;
- Desprezo pela instrução popular;
- Insuficiência de Socorros Mútuos;
- Falta de segurança (policiamento);
- Abastecimento de água e salubridade dos poços;

Termina, afirmando: «(...) Está portanto plenamente justificada a attitude dos povos de Espinho, pugnando pela sua autonomia administrativa(...)».

A representação, apresentada ao conselheiro Ressano Garcia, pelos membros da Comissão Promotora do Concelho de Espinho, Augusto d'Oliveira Gomes, industrial (proprietário da Fábrica Brandão Gomes), Dr. António Augusto de Castro Soares, médico e José de Sá Couto Moreira, industrial, foi apoiada por aquele que seguidamente os levou à presença do Presidente do Conselho, José Luciano de Castro.

Em função destas reuniões ficou combinado o Conselheiro Ressano Garcia apresentar à Câmara de Deputados a Representação dos habitantes de Espinho e bem assim o Projecto de Lei para a criação do concelho.²¹

Na sessão de 28 de Fevereiro de 1899, o conselheiro Ressano Garcia leu à Câmara os dois documentos e, continua o Século «(...) A leitura d'estes documentos foi entrecortada por conti-

nuos e calorosos applausos d'ambos os lados da Câmara(...)».

A imprensa da época, no dia seguinte, referia-se ao facto, aplaudindo a attitude de Ressano Garcia líder da maioria (Progressista) e defendendo a causa de Espinho.

De facto, o jornal "A Tarde" escreveu o seguinte: «(...) A representação dos povos de Espinho foi acolhida com geral apoio.

O Snr. Ressano Garcia apresentou-a homtem ao parlamento e conjuntamente um projecto de lei para a criação do concelho pedido, satisfazendo assim uma legítima reclamação d'aquelle povo laborioso, onde há uma importantíssima fábrica de conservas e outros elementos de vida(...)».²²

Mas a recolha e recepção de apoios «à causa de Espinho» não cessavam, como ressaltam à evidência as manifestações de solidariedade e de franco apoio à criação do concelho de Espinho, como por exemplo a conferida pela Associação Industrial Portuense, cuja representação (assinada pelo seu Presidente, Alfredo da Fonseca Meneres e pelos Secretários António Alves Calem Júnior e Henrique Pereira de Oliveira), foi apresentada à Câmara de Deputados e enviada à Mesa pelo representante do Porto, Dr. Adriano Anthero, em que se sublinhava: «(...) É de sobejo conhecida a importância industrial de que já gosa actualmente Espinho e fácil é prever o grau de desenvolvimento fabril que ainda póde atingir, caso lhe seja concedida a autonomia administrativa que ambiciona(...)».²³ Mais disse o Dr. Adriano Anthero na sua intervenção: «(...) A causa é justa e estou certo que a própria opposição lhe dará o seu voto e envidará esforços para que Espinho tenha a sua autonomia, constituindo um concelho urbano(...)».²⁴

Assinale-se desde já a preocupação pela natureza urbana do novel concelho. Promotores e apoiantes inculcavam já na sua matriz o carácter moderno e progressista que todos ansiavam

20 Cf. anexo 3: Quadros nº1 e nº2.

21 Cf. (Representação do Povo de Espinho e Projecto de Lei para a criação do concelho de Espinho).

22 Jornal "A Tarde" de 1 de Março de 1899.

23 Cf. (Representação da Associação Industrial Portuense).

24 Diário do Governo de 14 de Março de 1899.

e defendiam.

Eram homens do seu tempo e indelevelmente ligados ao surto de ideias modernas que, soprando da Europa, eram vorazmente assimiladas pela burguesia industrial e comercial emergente no final do século XIX e que proclamava o seu grito de alforria, vendo em Espinho um cadinho onde ex-nihil se podia experimentar e pôr em prática as suas ideias inovadoras como traço essencial da sua idiossincrasia empreendedora, rumo ao futuro promissor que a Exposição de Paris de 1900 iria tão bem exprimir.

Mas a Comissão Promotora não parava na luta pela emancipação de Espinho e por isso logo em 15 de Março de 1899 conferenciava com o Presidente da Associação Commercial do Porto, Dr. Leopoldo Mourão, a fim de obter o seu apoio para a sua causa e que lhe não foi negado.

De facto, a Associação Commercial do Porto telegrafou ao Conselheiro José Luciano de Castro apoiando as pretensões espinhenses.

Parece ressaltar da actividade da Comissão Promotora do Concelho de Espinho uma estratégia, que estribada na justeza das suas reivindicações e nos argumentos com que as sustentava, se apoiava também na organização de um verdadeiro “Lobby”, constituído por instituições prestigiadas como era o caso da Associação Industrial Portuense e da Associação Commercial do Porto, pela imprensa diária, pelos partidos políticos (no poder e na oposição) e sobretudo no Terreiro do Paço, junto do Governo.

Significa esta estratégia uma verdadeira acção de carácter moderno, planificada e concertada, cobrindo à época todos os centros de influência política, económica e social, enfim, de poder.

Este esforço de informação foi compreendido e apoiado, daí faltar pouco para que os anseios espinhenses fossem concretizados.

Assim, em 11 de Julho de 1899 foi votado pela Câmara de Deputados o projecto da autonomia de Espinho.

A 17 de Agosto foi o decreto de autonomia de Espinho levado à assinatura régia, sendo publicado no Diário de Governo em 24 de Agosto do mesmo mês,²⁵ tendo a instalação do novo concelho tido lugar a 21 de Setembro de 1899, ou seja, dez anos depois da elevação de Espinho a freguesia.²⁶

25 Cf. Diário de Governo de 24 de Agosto de 1899.

26 Cf. Acta do Juramento, posse e instalação da Comissão Municipal do Concelho de Espinho.

Esta obra resulta da tese de História Urbana que procura explicar o modo como Espinho, como Aglomerado Urbano no sentido moderno do conceito, se inicia depois de 1900, com base numa política municipal verdadeiramente moderna, de que não pode ser dissociada a Planta Topográfica aprovada em 31 de Janeiro de 1900, que vai funcionar para o futuro como se de um verdadeiro “Plano Director Municipal” se tratasse.

Esse é com certeza o seu sinal mais evidente e importante de modernidade e modernização. As primeiras vereações procuraram criar um espaço de Identidade e Modernidade capazes de afirmar o novo concelho.